

SUSTENTABILIDADE DA VIDA E RELAÇÕES NOS TERRITÓRIOS

SUSTENTABILIDAD DE LA VIDA Y RELACIONES TERRITORIALES

Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret

rodrigoperet@yahoo.com

Resumo

As reflexões apresentadas neste texto partem da questão da sustentabilidade e territorialidade, resultantes de 30 anos de trabalho com a questão da terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Grande parte dos agricultores familiares do Triângulo Mineiro habita os vales onde a hidrografia é favorável e os solos são naturalmente férteis. A estrutura fundiária estabelecida tradicionalmente reservou as áreas planas de cerrado para a pastagem, pois eram consideradas impróprias para agricultura. Com o advento dos grandes projetos de “modernização” da agricultura, o agronegócio optou por se estabelecer nas áreas planas de topo, seja com a produção de grãos e mais recentemente com a monocultura da cana-de-açúcar. A dinâmica social, a dinâmica cultural, a forma de ocupação do território devem estar no cerne da sustentabilidade. Com esta compreensão do que seja a sustentabilidade, é possível confrontar com a proposta de uma nova economia, que desde 2007, vem sendo proposta, como uma pretensa solução seja para questão da degradação ambiental e como para a solução da questão da miséria no mundo, a chamada economia verde, etc. Na economia verde os ciclos naturais, como o ciclo do hidrogênio, o ciclo do carbono, o ciclo hidrológico, por exemplo, são chamados de serviços ambientais, dos quais nós, seres humanos, nos servimos para a nossa existência e por isso devem ser valorados economicamente. Esse é o grande segredo da economia verde, eles dizem que, na medida em que esses serviços são valorados, se garante um adequado gerenciamento da natureza, da sustentabilidade. Fica claro então que já não basta mais a mercantilização da parte material da natureza, mas se mercantiliza os processos e as funções da natureza via comércio dos serviços ambientais. Então, os economistas verdes propõem que para preservar os ecossistemas é necessário valorizar o fluxo desses serviços. Desta forma, a natureza é vista como o capital, o ecossistema é visto como estoque de capital, cujo o valor é definido pelos fluxos de renda futura, desses serviços na natureza.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Territorialidade. Economia verde.

Resumen

Las reflexiones presentadas en este texto tienen su origen en las interrogantes sobre la sustentabilidad y el territorio, resultantes de 30 años de trabajo en el tema de la tierra en el Triángulo Minero y el Alto Paranaíba. Gran parte de los agricultores familiares del Triángulo Minero habitan en los valles donde la hidrografía es favorable y los suelos son por naturaleza fértiles. La estructura de la propiedad establecida tradicionalmente reservó las áreas planas del cerrado para pastizales, pues eran consideradas impropias para la agricultura. Con el advenimiento de los grandes proyectos de “modernización” de la agricultura, el agronegocio optó por establecerse en las áreas planas por su

topografía, dedicadas inicialmente a la producción de granos y más recientemente al monocultivo de la caña de azúcar. La dinámica social, la dinámica cultural, la forma de ocupación del territorio deben estar en el núcleo de la sustentabilidad. Con esta comprensión de que sea sustentable, es posible enfrentar la propuesta de una nueva economía, que desde 2007 viene siendo planteada, con la pretensión de que sea una solución al problema de la degradación ambiental y como una solución a la cuestión de la miseria en el mundo, la llamada economía verde, etc. En la economía verde los ciclos naturales, como el ciclo del hidrógeno, o el ciclo del carbono, o el ciclo hidrológico, por ejemplo, son llamados servicios ambientales, de los cuales nosotros, como seres humanos nos servimos para nuestra existencia y por eso deben ser valorados económicamente. Ese es el gran secreto de la economía verde, ellos dicen que en la medida que esos servicios sean valorados, se garantiza una adecuada gestión de la naturaleza, la sustentabilidad. Queda claro entonces que ya no basta más con la mercantilización de la parte material de la naturaleza, sino que se mercantilizan los procesos y funciones de la naturaleza mediante el comercio de los servicios ambientales. Entonces, los economistas verdes proponen que para preservar los ecosistemas es necesario valorizar los flujos de estos servicios. De esta forma, la naturaleza es vista como un capital, el ecosistema es visto como un stock de capital, cuyo valor es definido por los flujos de la renta futura de esos servicios de la naturaleza.

Palabras clave: Sustentabilidad. Territorialidad. Economía verde.

Sustentabilidade e territorialidade: uma discussão para compreender a vida nos territórios

As reflexões apresentadas neste texto partem da questão da sustentabilidade e territorialidade, resultantes de 30 anos de trabalho com a questão da terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

É a partir do olhar humano, que a natureza ganha significados. São os olhos humanos que a contempla, que a descreve, que a classifica. Se por um lado lhe define a utilidade, por outro lado esse olhar lhe dá sentimento. Nesse olhar humano pode repousar a poesia, que busca significado, beleza e transcendência, bem como pode repousar a cobiça que a instrumentaliza e lhe dando significado de propriedade.

Olhar uma paisagem, por exemplo, é muito mais do que ver o resultado material de processos naturais e sociais em um determinado espaço. Historicamente no Brasil, por exemplo, o olhar sobre os sertões, sempre foi cheio de uma riqueza profunda em significados. Desde o período colonial, a experiência do homem e da mulher vivendo concentrados populacionalmente no litoral, com o interior do país sentido como distante, deu ao sertão um significado que vai além daquele geográfico. O termo sertão

se afirmou no imaginário coletivo como grandes espaços vazios de gentes, não cultivado, distante do litoral, e também como espaço sem civilização, como um desafio a ser conquistado. Essa visão foi reafirmada intensamente na justificativa e propaganda, na década de 1950, para a construção e mudança da capital federal, para a região dos cerrados, no planalto central do Brasil.

Em tese de doutorado, Márcia Amantino, numa perspectiva histórica, reflete:

Finalizando, pode-se afirmar que no âmbito da historiografia colonial brasileira, Sertões eram regiões que ainda não haviam passado por processos civilizatórios, ou seja, ainda eram habitadas e controladas por grupos que não estavam subjugados pelo poder oficial. No decorrer de todo o período colonial, essas imagens praticamente não sofreram mudanças. O Sertão continuou sendo – na visão das autoridades- o espaço habitado por índios ferozes, nada dispostos a aceitar o contato com o europeu. Assim, tornou-se também um espaço de guerras contra estes indígenas. Manteve-se como uma região perigosa, mas cada vez que a colonização precisava avançar rumo ao interior, novas áreas eram requisitadas e novas necessidades se impunham aos colonos. Controlá-la passou a ser condição importante para a viabilização econômica da colônia. Desta maneira, o Sertão no século XVIII tornava-se uma região essencial ao projeto de civilização pensado para o Brasil.¹ (AMANTINO, 2001, p.34).

A experiência e a convinência ambiental com os sertões levou o olhar humano ao campo da simbologia, superando o sertão como espaço e local geográfico físico e social, para transforma-lo através do sentimento, em simbologia que brota da subjetividade² (GUIMARÃES, 2006). Em Guimarães Rosa a convivência dos personagens com a natureza é que dá um significado transcendente a tempo e espaço ao sertão. Aí o sertão é o sonho, a fantasia, o desejo, o tempo, o passado, o futuro, o vazio, a presença, a ausência, a liberdade, o sertão passa a ser a vida mesma.

É importante aprofundar sobre o imaginário e o conceito que envolve o capital o trabalho, o território e a sustentabilidade. O trecho abaixo, de Guimarães Rosa, nos permite iniciar nossas reflexões:

“O sertão é bom. Tudo aqui é perdido. Tudo aqui é achado... O sertão é confusão em grande demasiado sossego.”(Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas)

“O sertão não chama ninguém às claras; mais, porém, se esconde e acena. Mas o sertão de repente se estremece, debaixo da gente...” (Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas, 1985, p.487)”

“O sertão vige dentro da gente [...] O senhor faça o que queira ou o que não queira – o senhor toda-a-vida não pode tirar os pés: que há-de estar sempre em cima do sertão. O senhor não creia na quietação do ar. Porque o sertão se sabe só por alto. Mas, ou ele ajuda, com enorme poder, ou é traiçoeiro muito desastroso. O senhor...” (Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas, 1985, p.497)

“O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem [...] Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte.” (Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas)

A partir desses trechos podemos pensar sobre as unidades naturais de paisagem. Essa são muito mais do que a dimensão de biota, são uma construção social e cultural.

A convivência do ser humano com a natureza, no caso da agricultura familiar, por exemplo, é vital. Ao longo do tempo esse tipo de atividade desenvolveu sistemas de cultivo e uso do solo.

Grande parte dos agricultores familiares do Triângulo Mineiro habita os vales onde a hidrografia é favorável e os solos são naturalmente férteis. A estrutura fundiária estabelecida tradicionalmente reservou as áreas planas de cerrado para a pastagem, pois eram consideradas impróprias para agricultura. Com o advento dos grandes projetos de “modernização” da agricultura, o agronegócio optou por se estabelecer nas áreas planas de topo, seja com a produção de grãos e mais recentemente com a monocultura da cana-de-açúcar.

Nos cerrados, a atividade agrícola família teve que desenvolver uma relação com o meio natural, buscando sistemas de convivência, em que a exploração tende à maior adaptabilidade possível. As duas mudanças sucessivas de paisagem muito nítidas, devido à duas estações bem distintas, com invernos secos e verões chuvosos, impuseram o ritmo da atividade agrícola. Os sistemas de convivência com a natureza, se expressam também no preparo da terra, que tradicionalmente se dava com o desmatamento e corte, deixando os tocos, e eliminando a maior parte do matéria vegetal com a queima, onde as cinzas serviam para o preparo do solo para o plantio. Esse sistema tradicionalmente chamado de roça-de-toco, possibilitava com a diminuição da fertilidade do solo, seguir um período de pousio para restauração da mesma. Outro sistema tradicionalmente praticado pelos agricultores familiares consiste em combinar o plantio. Como por exemplo o sistema de convivência de três espécies que se complementam: o milho, o feijão e a abóbora. O milho cresce verticalmente e serve de apoio para o feijão, esse se desenvolve no talo da planta do milho sem a afetar, ao mesmo tempo em que os nódulos das raízes ajudam a fixar o nitrogênio no solo. Enquanto isso, a abóbora cobre o solo e aproveita a luz, além de impedir o desenvolvimento de outras ervas. Nesse caso um sistema que na diversidade do cultivo,

busca resposta para sobrevivência, através da diversificação. Então, a agricultura familiar, se dá marcadamente dentro de duas dimensões: a da diversidade e da adaptabilidade. Ou seja, em um sistema, que visa a sustentabilidade.

Já no agronegócio, nos cerrados, pensa de forma oposta, pois parte de um olhar cuja matriz, de consideração e de vivência desse espaço é totalmente diferente, da agricultura familiar. Desde meados da década de 1970, os Cerrados, vem sofrendo intensas ações antrópicas.³ Na verdade a expansão daquilo que passou a ser chamado de “agricultura moderna”, nada mais nada menos fez, do que considerar os cerrados não como um complexo diversificado de vida, mas com base, no caso dos solos, para desenvolver e sustentar safras agrícolas, com um consumo cada vez maior de insumos químicos e mecânicos. Os resultados podem ser constatados depois de cerca de 30 anos de exploração tendo na verdade, como único parâmetro, o mercado. Inicialmente as políticas de desenvolvimento da agricultura nos Cerrados tinham como objetivo a produção de alimentos e agora a produção de energia. Hoje a expansão do plantio da cana de açúcar, para a produção de etanol, reforça o modelo de desenvolvimento econômico dominante na agricultura brasileira, que se apresenta em unidades de paisagem, de grandes massissos de monoculturas (como as culturas de soja, algodão, milho, eucalipto, cana, por exemplo); de agricultura “artificializada” - através de cultivos transgênicos, uso intensivo fertilizantes de origem industrial, de agrotóxicos e bem como da automação, através da mecanização pesada e da aviação agrícola; e de uma agricultura sem agricultores.

A matriz desse olhar do agronegócio em relação aos cerrados, pode ser entendida a partir desta afirmação: quando da implantação da chamada “modernização” da agricultura nos cerrados, o então Ministro do Planejamento, Reis Veloso, do governo Geisel, no período da ditadura militar, ao pronunciar-se sobre o POLOCENTRO⁴, definiu a ideia de cerrados, que acabou se impondo: "...o cerrado não gosta de agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil “⁵.(CNBB/CEP, 1976, p.132).

A territorialidade do agronegócio é agressiva à biodiversidade, baseia-se na monocultura, no uso massivo de agroquímicos e maquinário, empobrece e contamina os solos e provoca o desaparecimento dos sistemas tradicionais de produção agropecuária. É um sistema exigente em água comprometendo tanto a sua disponibilidade quanto à

sua qualidade, seja pela contaminação, como pela drenagem e aterramento de nascentes e cursos d'água.

Numa visão camponesa a agricultura familiar e a sustentabilidade são frutos da relação trabalho humano e vida, ser humano – natureza, e nela se inclui a educação, a saúde, a habitação, aspectos sanitários, o lazer e a renda. A sustentabilidade se dá através da diversificação produtiva, da manutenção do meio ambiente e na busca de qualidade de vida. Visa garantir a sobrevivência e a reprodução da unidade familiar de produção, bem como a conservação biodiversidade. O que significa numa obrigatoria convivência com o meio ambiente. A territorialidade camponesa é por isso histórica-social-cultural. A sustentabilidade da agricultura familiar é multidimensional e complexa. Integra dimensões socioambientais. Preservar ou conservar o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, ou que visa unicamente a manutenção prolongada de entes ou processos econômicos, sociais, culturais, políticos, institucionais ou físico-territoriais, mas uma função complexa.

Pois bem, partindo dessas considerações podemos dizer que a relação do ser humano, que é natureza, com a natureza que lhe é externa, é sempre mediada pelas relações sociais. Então, isso significa que não se pode considerar a agricultura simplesmente como pacote tecnológico de insumo-produto-mercado. A agricultura é uma organização de vida, base de vida e organização social dentro de um território.

Assim sendo, a dinâmica social, a dinâmica cultural, a forma de ocupação do território devem estar no cerne da sustentabilidade. Terra, territórios são espaços físicos sim, meio ambiente sim, mas são também espaços culturais, sociais, históricos, religiosos, etc.

Com esta compreensão do seja a sustentabilidade, podemos nos confrontar com a proposta uma nova economia, que desde 2007, vem sendo proposta, como uma pretensa solução seja para questão da degradação ambiental e como para a solução da questão da miséria no mundo, a chamada economia verde.

A economia verde - a dinâmica da vida vira mercado

Nós partimos de uma visão que pensa o território a partir das relações, das construções que nós fazemos nele. Sendo assim nós podemos pensar em vários

territórios dos cerrados. Nós somos natureza também e na natureza tudo é inter-relacionado. As formas de vida e de matéria, elas estão todas relacionadas.

Nessa relação ser humano – natureza, a humanidade foi desenvolvendo a idéia da vida ligada a “ciclos”. A vivência do nascimento, do crescimento, da reprodução, da morte e da decomposição, apontou a vida como sendo um processo cíclico: o ciclo da natureza. Esse ciclo se podia perceber ainda na dinâmica da paisagem que se modifica ao longo do ano. A dinâmica da paisagem, sabemos nós, passa por modificações sucessivas, condicionadas à presença ou ausência da água, ao ciclo de chuvas e secas, ao frio e ao calor. Os seres humanos conviviam com importantes modificações condicionadas a esses ciclos ecológicos, tais como períodos de maior oferta de alimentos ou de maior disponibilidade de opções para a utilização daquilo que a natureza poderia oferecer. A presença de animais migratórios, bem como de pastagens, apontavam também para vida como um ciclo.

A relação ser humano – natureza nos deixou um legado do conhecimento dos ciclos naturais que é herança de uma sabedoria ancestral da humanidade. Contudo, o ciclo de vida, na economia capitalista, nada mais é do que o tempo que um produto ou serviço cumpre sua função no mercado. A agricultura moderna, que se transformou em negócio, e que por isso é consumista, não fecha ciclos.

Enquanto o mundo experimenta as crises, econômica, financeira, do meio ambiente, de energia, de alimentos e climática, que refletem a crise estrutural do capitalismo, aqueles que detêm o poder político, militar e econômico-financeiro estão buscando uma maneira de sair da crise. Para isso, eles preveem uma nova era para o capitalismo, redirecionando investimentos e inovação tecnológica através da apropriação dos sistemas físicos e biológicos que sustentam a vida. Propõem então uma economia que incorpore os ecossistemas e sua biodiversidade. O objetivo é criar um valor financeiro para a biodiversidade. Isso não é simplesmente colocar preços nos recursos naturais e meio ambiente, mas capturar os complexos processos ecológicos, os ciclos naturais, para a economia. E chamam isso de economia verde⁶ (PERET, 2012)

Na economia verde os ciclos naturais, como o ciclo do hidrogênio, o ciclo do carbono, o ciclo hidrológico, por exemplo, são chamados de serviços ambientais, dos quais nós, seres humanos, nos servimos para a nossa existência e por isso devem ser valorados economicamente. Esse é o grande segredo da economia verde, eles dizem

que, na medida em que esses serviços são valorados, se garante um adequado gerenciamento da natureza, da sustentabilidade. Fica claro então que já não basta mais a mercantilização da parte material da natureza, mas se mercantiliza os processos e as funções da natureza via comércio dos serviços ambientais.

Ou seja, o capital, por meio da economia verde, quer se empoderar das interações que existem dentro dos ecossistemas, fazer com que esses complexos sistemas e ciclos naturais, formados pela interação entre os organismos vivos (microorganismos - animal, planta) e organismo não vivos (o ar, o vento, a água, o solo), etc - sejam considerados como um ativo econômico.

É o capital, então, que vai se empossando da dinâmica da própria vida. Essa economia verde nasce em 2007, resultado de reunião do G8 e mais três países emergentes: Brasil, China e Índia. A economia dos ecossistemas e sua biodiversidade desenvolvem ideia de que a sociedades e o bem estar humano dependem desses serviços ambientais, desses serviços ecossistêmicos.

Então, os economistas verdes propõem que para preservar os ecossistemas é necessário valorizar o fluxo desses serviços. Desta forma, a natureza é vista como o capital, o ecossistema é visto como estoque de capital, cujo o valor é definido pelos fluxos de renda futura, desses serviços na natureza.

Alguém poderia perguntar, mas como isso funciona? Quando fazemos essa discussão com trabalhadores usamos a seguinte metáfora: eu tenho dois rins, os meus rins filtram o meu sangue, esse é o serviço que ele presta a mim. Então vamos botar preço nesta atividade, valorar esse serviço e transformá-lo em ativo econômico. Se eu tenho preço, eu privatizo e se privatizo, alguém vai receber.

Então, como que isso funciona?

Durante a Rio+20 passou despercebido a inauguração no Rio de Janeiro de uma bolsa de valores ambientais nacional, até então, com o objetivo de promover soluções de mercado e o desenvolvimento sustentável. Essa bolsa abriu frentes de mercado de: carbono, florestas, de logística reversa e de efluentes. Esta é uma das formas como se criam novas mercadorias, novas propriedades, novos territórios e novas relações nos territórios.

Vamos entender como funciona pelo mais mercado mais conhecido que é o de Crédito de Carbono, que teve o primeiro leilão efetuado em 2007⁷. O mercado de

carbono é o mais conhecido. Ele parte da necessidade da redução das emissões por desmatamento e degradação, criando dois títulos (papeis): um de redução de emissão e outro que é uma cota de reserva ambiental. A redução de emissão é um título de propriedade sobre o CO₂ não emitido e o outro papel, a cota de reserva é um título sobre a área de floresta imobilizada.

Como isso se dá?

Uma determinada instituição tem uma certa atividade com grande impacto ambiental, para o seu licenciamento, ela compra créditos, ou seja uma certificação cujos papéis garantem que uma área de floresta, por exemplo, na Amazônia, na África, ou uma reserva florestal qualquer, em uma área indígena, ou quilombola, etc., será imobilizada em um certo número de hectares, e com isso se evitará a emissão de tantas toneladas de CO₂. Esses papéis que por sua vez são negociados na bolsa de valores ambientais (bolsa verde).

Diante desse negócio de valores, as comunidades tradicionais deixam exercer sua função histórica, de povos que convivem com a biodiversidade da floresta e se tornam simples guardiãs de uma biomassa, assumindo uma responsabilidade perversa de que elas vão ser mantenedoras e fiadoras daquele serviço ambiental, para que um impacto ambiental negativo possa ser gerado em outra região. Esse é o Mercado de Carbono.

E os Mercados Florestais?

Em 2012, com a aprovação do novo Código Florestal se possibilitou a criação de novos créditos (papéis): de reserva legal e de reposição florestal. O primeiro refere-se ao fato de não sendo necessário localizar uma reserva legal, fora da área de sua propriedade rural, o produtor rural pode comprar na bolsa esse crédito. A segunda refere-se a crédito de reposição florestal, em caso de multa e de obrigação de reparo ambiental. Obtem-se uma autorização de Supressão Vegetal e uma condicionante para receber uma licença é que créditos de reposição florestal. Outros proprietários que tenham um plantio adequado e voluntário podem emitir esses títulos, e vende-los na bolsa. Esses papéis podem ser comprados pelos devedores de obrigação de reposição florestal.

Um outro mercado que está se criando é o mercado de logística reversa. Sabemos que a lei de resíduos, diz que você é quem produz é responsável pelos resíduos

da sua produção. Estão sendo criados, então, uma série de créditos: de destinação adequada de pneus, de óleos lubrificantes, pilhas e baterias, agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes, produtos eletrônicos, embalagens. Por exemplo, uma empresa de pneu ao invés de aplicar a lógica reversa, ou seja dar destino adequado aos seus resíduos, mas comprar os créditos sobrantes de uma empresa recicladora.

Temos ainda um outro mercado, em vias de se estabelecer, o de efluentes. Esse mercado gera uma discussão de cotas. Os efluentes que uma atividade industrial, por exemplo, joga nos cursos d'água, seriam cotizados. Uma agência reguladora iria dizer o tanto que é permitido, ou então se polui mas se compra cotas sobrantes de outro, não se sabe de onde e se vai continuar emitindo naquele mesmo rio.

O que temos aqui? Um mercado que cria valores que mascaram dois problemas, ou seja, continua-se no sistema de crescimento insustentável, que agora gera lucro. Isso passa a ser visto como solução, que na realidade não resolve o que provoca os problemas. Se estabelece é uma lógica extremamente perversa.

Com isso o que se constroi é uma nova fase de acumulação primitiva do capital, eu gero novos produtos, novas mercadorias, novos papéis, novos títulos, e fazendo com que teoricamente a natureza se transforme em lastro. Assim a economia verde se propõem como uma grande saída para crise econômica. Na verdade, ela cria uma nova bolha, de especulação, porque no fundo tudo é papel. Sobrepõem-se propriedades, ao território que vai se tornando ainda mais um complexo mercado. Estamos diante de um avanço do capital nos ecossistemas muito mais profundo do que se pode imaginar.

O olhar dos promotores e detentores do mercado capitalista, está criado uma nova simbologia, superando a visão dos territórios como espaços de vida em relações e interações naturais e sócio-culturais-históricas-religiosas para redefini-los como ativo econômico.

Então eu queria terminar essas minhas reflexões com um pensamento do Luís Fernando Veríssimo, que fala do parâmetro humano:

“O Ser Humano é a medida de todas as coisas. Pelo tamanho do Ser Humano se mede a vastidão do Universo, assim como pelo palmo e a braça se começou a medir a Terra. Todo o conhecimento do mundo se faz de uma perspectiva humana, todo o julgamento das coisas do mundo se faz por um parâmetro humano. Assim, enaltecer o senso moral do Ser Humano não é um floreio de linguagem que a única espécie que fala se faz, é valorizar este frágil instrumento de medição pelo qual a vida revela seu sentido. O Ser Humano ou é moral, e julga tudo por um prisma moral, ou é apenas um mecanismo inútil.

O liberalismo pensa estar defendendo o indivíduo quando nega a primazia do social, ou diz que uma sociedade é apenas um conjunto de ambições autônomas. O culto ao individualismo seria um culto à liberdade se não elege-se como seu paradigma supremo a liberdade de lucrar, e como referência moral a moral do mercado. Se não fosse apenas a última das muitas tentativas de substituir o Ser Humano como a medida de tudo, e seu direito à vida e à dignidade como o único direito a ser cultuado. Já tentou rebaixar o homem a mero servo de uma ordem divina, a autômato descartável de engrenagens industriais, a estatística sem identidade de regimes totalitários, e agora a uma comodidade entre outras comodidades, com nenhuma liberdade para escolher seu destino individual e o mundo em que quer viver. Mas o indivíduo só é realmente um indivíduo numa sociedade igualitária, como só existirá liberdade real onde os valores neoliberais não prevalecerem.”⁸

Se a biodiversidade é para nós uma referência, a sociobiodiversidade deve ser para nós uma bandeira de luta. E os direitos da natureza entendidos não enquanto valor econômico, mas como valor intrínseco de cada ser e de inter-relação. O valor em si é muito difícil de ser palpado, mas o valor de inter-relação, que tem a própria vida e a sua dignidade, deve ser preservado. Isso é fruto de outra matriz de pensamento, de outra lógica e que pode, quem sabe, com a contribuição de setores diferentes, da sociedade, fazer com que a gente construa um caminho diferente. Não um caminho, mas caminhos, não uma economia, mas várias.

Quem disse que os seres humanos somos obrigados a viver só em modelos hegemônicos ocidentais?

Notas

¹ AMANTINO Marcia Sueli- O MUNDO DAS FERAS: OS MORADORES DO SERTÃO OESTE DE MINAS GERAIS – SÉCULO XVIII, Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001, pag.34
<http://www1.capes.gov.br/teses/pt/teseamantino-pt.pdf> ,

² GUIMARÃES, Solange T. de Lima - NAS TRILHAS DO “GRANDE SERTÃO: VEREDAS” – INTERPRETANDO SEUS ESPAÇOS E LUGARES in OLAM Ciência & Tecnologia Rio Claro/SP, Brasil Ano VI Vol. 6 No 1, maio 2006
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/GEOGRAFIA/Artigos/trilhas_grande_sertao.pdf

³ A partir da década de 70, por exemplo, vários programas foram instalados no Alto Paranaíba desde o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) na região de São Gotardo, depois o PRODECER que é aquele convênio binacional Brasil-Japão, etc.

⁴ O Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), criado em 1975, cujos recursos deram condições para que se estudasse, conhecesse e produzisse as inovações técnicas que o e transformam o Cerrado brasileiro em espaço do agronegócio.

⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL - Pastoral da Terra - 2: posse e conflitos (Estudos da CNBB, 13), São Paulo, Ed. Paulinas, 1976, pág. 132.

⁶ **PÉRET**, Rodrigo C. Amédée - ECONOMIA VERDE E COMMODITIZAÇÃO DA VIDA, in Revista NECAT - Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 1, nº 2, JulDez. Florianópolis: UFSC - NECAT, 2012.
<http://necat.ufsc.br/files/2013/02/Revista-NECAT-ed2.pdf>

⁷ A Cia Energética Rio das Antas - Ceran, através da UHE Monte Claro, concluiu em dezembro de 2007 a primeira venda, no mundo, de Certificados de Redução de Emissões de CO2 (CERs), provenientes de uma usina a fio d'água, com mais de 20MW. O primeiro lote de venda de créditos de carbono desta usina foi negociado com a TEPCO - Tokyo Electric Power Co., do Japão.
http://www.ceran.com.br/session/viewPage/pageId/4/language/pt_BR/

⁸ http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/12_verissimo.html

REFERÊNCIAS

AMANTINO Marcia Sueli- O MUNDO DAS FERAS: OS MORADORES DO SERTÃO OESTE DE MINAS GERAIS – SÉCULO XVIII, Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001, pag.34
<http://www1.capes.gov.br/teses/pt/teseamantino-pt.pdf> ,

¹CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL - Pastoral da Terra - 2: posse e conflitos (Estudos da CNBB, 13), São Paulo, Ed. Paulinas, 1976, pág. 132.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima - NAS TRILHAS DO “GRANDE SERTÃO: VEREDAS” – INTERPRETANDO SEUS ESPAÇOS E LUGARES in OLAM Ciência & Tecnologia Rio Claro/SP, Brasil Ano VI Vol. 6 No 1, maio 2006
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/GEOGRAFIA/Artigos/trilhas_grande_sertao.pdf

¹ **PÉRET**, Rodrigo C. Amédée - ECONOMIA VERDE E COMMODITIZAÇÃO DA VIDA, in Revista NECAT - Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 1, nº 2, JulDez. Florianópolis: UFSC - NECAT, 2012.
<http://necat.ufsc.br/files/2013/02/Revista-NECAT-ed2.pdf>